



MOVIMENTO ANTIVACINA: A PANDEMIA DA DÉCADA

KIMBERLY VANESSA MENEZES MELENDEZ; MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MATTOS; MARCOS VINÍCIUS MEIRA VAZ; CIBELLE TAVARES DE OLIVEIRA FREITAS; FERNANDA QUEIROZ XAVIER

RESUMO

O termo vacina advém do latim *Vaccinus*, que significa “derivado da vaca”. Este nome está relacionado ao médico inglês Edward Jenner, o inventor da vacina contra varíola, a primeira da história. No Brasil, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973, se consolidou como uma das intervenções de saúde mais relevante das últimas décadas. Por muitos anos, o PNI foi capaz de cumprir o seu papel e inúmeras doenças foram erradicadas do Brasil, no entanto, desde 2016, a redução da cobertura vacinal vem diminuindo drasticamente no país e no mundo. Nesse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar a queda do índice de cobertura vacinal e o aumento do movimento antivacina no Brasil, avaliando e discutindo as causas dessa tendência. Este trabalho foi uma pesquisa bibliográfica, por meio de uma revisão integrativa da literatura. Para nortear a revisão integrativa, foi utilizada a seguinte questão: porque o movimento antivacina vem aumentando no Brasil? A busca das produções científicas foi realizada na biblioteca virtual PubMed e Biblioteca Virtual de Saúde. Foi constatado que desde o início dos anos 90 o índice de imunização em crianças e adolescentes era superior a 95%, o que indicava uma boa cobertura vacinal no país e excelente adesão da população ao Programa Nacional de Imunização. No entanto, desde 2016 esse índice vem caindo 15 a 20% de forma recorrente, atingindo, em 2017, apenas 84% do objetivo esperado. É certo que o índice de imunização no país e no mundo vem caindo ao longo dos anos, demonstrando uma propensão da população ao descrédito de pesquisas e estudos científicos. A vacina é um dos maiores marcos já atingidos pela humanidade e é uma das responsáveis pela erradicação de inúmeras doenças letais, bem como do auxílio no aumento da expectativa de vida da população mundial.

Palavras-chave: Vacina. Movimento Antivacina. Poliomielite. Sarampo. Covid-19

1 INTRODUÇÃO

As doenças infecciosas sempre estiveram presentes no cenário mundial e causaram impactos devastadores na humanidade. Desde os primórdios da sociedade, com a temida “Peste Negra” – que dizimou um terço de toda a população global – até a pandemia mais recente causada pelo Coronavírus – que levou mais de 6 milhões de vidas até então – a população luta para sobreviver em meio a uma infinidade de enfermidades letais (VALENZUELA, 2020).

Na tentativa de conservar a raça humana, medidas foram sendo tomadas para

diminuir a prevalência das doenças no meio e, assim, aumentar a expectativa de vida da nação. Dentre elas, a criação da vacina foi uma das maiores conquistas da humanidade e desde então, os impactos negativos causados pelas enfermidades vem diminuindo (ANDREANO et al, 2019).

O termo vacina advém do latim *Vaccinus*, que significa “derivado da vaca”. Este nome está relacionado ao médico inglês Edward Jenner, o inventor da vacina contra varíola, a primeira da história (VALENTINUZZI, 2020). Em 1796, o cientista realizou um experimento inoculando líquido retirado da lesão de uma mulher que havia sido infectada pela “varíola bovina” em um garoto de 8 anos, após 6 semanas, ao inocular o vírus da varíola humana no garoto, ele não contraiu a doença. Ainda que a Academia de Ciências do Reino Unido tenha reconhecido os esforços de Edward em 1798, a população não via a aplicação da vacina com bons olhos, tendência que se perpetuaria ao longo de centenas de anos (QUEZADA, 2020).

No Brasil, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973, se consolidou como uma das intervenções de saúde mais relevante das últimas décadas. Ele foi criado com o intuito de fornecer a universalidade e equidade da oferta de imunobiológicos para todos os grupos alvos de vacinação do país, fornecendo proteção para mais de vinte enfermidades. Por muitos anos, o PNI foi capaz de cumprir o seu papel e inúmeras doenças foram erradicadas do Brasil, no entanto, desde 2016, a redução da cobertura vacinal vem diminuindo drasticamente no país e no mundo (DOMINGUES et al, 2020).

O sarampo é uma doença exantemática, transmitida através de secreções nasofaríngeas e seu quadro clínico caracteriza-se por febre alta, exantema maculopapular generalizado, tosse, coriza, conjuntivite e a presença de manchas de Koplik. Esta enfermidade é altamente contagiosa, potencialmente letal e não existe um tratamento específico, sendo necessário aguardar o curso da doença usando apenas medicações de alívio. No entanto, ela é prevenível por meio do esquema vacinal disponibilizado gratuitamente através do PNI, sendo que a primeira dose da vacina deve ser aplicada aos 12 meses de vida, seguida de uma dose de reforço aos 15 meses, garantindo 97% de proteção após finalização do esquema (MAKARENKO et al, 2022).

Em 2016, com o sucesso da implantação do PNI, a Organização Pan-Americana de Saúde concedeu ao Brasil o certificado de eliminação da circulação do vírus da Sarampo, tornando as Américas livres desta doença. Contudo, em Fevereiro de 2019 o país perdeu essa certificação após o surgimento de surtos desta enfermidade que perduram até a atualidade (DOMINGUES et al, 2020).

Em março de 2020 o Brasil e o mundo se depararam com a pandemia causada pelo SARS-CoV-2, patógeno causador de COVID-19 (GALVÃO, 2021). Esta doença é facilmente transmitida por gotículas respiratórias e contato com indivíduos infectados. Suas manifestações mais comuns incluem febre, dispneia, tosse seca, mialgia e fadiga. Por se tratar de um vírus, não existe um tratamento específico para a doença, sendo necessário aguardar o curso clínico da enfermidade, lançando mão de medidas terapêuticas de suporte (MACIEL et al, 2022).

Em Dezembro, após 10 meses de pandemia, a vacinação em diversos países do mundo foi iniciada. Atualmente, é preconizado que o cidadão receba ao menos 3 doses da vacina contra o SARS-Cov-2 devido a alta capacidade de mutação genética que o vírus possui. Seguindo uma tendência que já vem se consolidando no país, menos de 50% da população encontra-se com o esquema de imunização completo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

Os movimentos antivacina surgiram no século 19, após a criação e aprovação da

primeira vacina do mundo. Naquela época, era necessário inocular líquido obtido de lesões causadas pelo vírus da varíola em indivíduos sadios para que eles adquirissem a imunidade, causando aversão na população. Em 1853 uma liga antivacina foi criada na cidade de Londres, fazendo com que o movimento recebesse mais atenção e conquistasse maior número de apoiadores (OLIVEIRA et al, 2022).

Confirmando o movimento que vem se expandindo desde o século 19, em 2019 a Organização Mundial de Saúde publicou os 10 maiores riscos à saúde global e nesta lista encontrava-se a hesitação da população em se vacinar (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE citado por KEMPE et al, 2020).

Nesse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar a queda do índice de cobertura vacinal e o aumento do movimento antivacina no Brasil, avaliando e discutindo as causas dessa tendência que vem ganhando destaque no país e no mundo.

Justifica-se este trabalho pela importância de analisar os caminhos construídos pela sociedade no cenário atual, compreendendo a propensão existente no país, em que a opinião popular, embasada em crenças e experiências individuais, recebe mais destaque que pesquisas e estudos científicos, especialmente em situações de epidemia/pandemia, nas quais há maior ansiedade da população por informações.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi uma pesquisa bibliográfica, por meio de uma revisão integrativa da literatura. Para nortear a revisão integrativa, foi utilizada a seguinte questão: porque o movimento antivacina vem aumentando no Brasil? A busca das produções científicas foi realizada na biblioteca virtual PubMed e Biblioteca Virtual de Saúde.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram os seguintes: 1) artigos publicados nos idiomas português e inglês, com resumos disponíveis nessas bases de dados; e 2) artigos publicados a partir de 2017. Foram excluídos artigos que não satisfizerem aos critérios de inclusão e que não abordarem especificamente a questão norteadora desta revisão. As palavras-chave buscadas foram “vacina”, “movimento antivacina”, “história”, “Brasil”, “Sarampo”, “Poliomielite” e “COVID-19” e suas combinações em português e inglês. Após o levantamento, os dados foram organizados e discutidos.

A busca foi realizada por meio do acesso on-line em 2022. Os artigos encontrados passaram por uma triagem por meio da leitura dos resumos, sendo que só foram analisados completamente aqueles artigos que atenderam simultaneamente aos dois critérios de inclusão na amostra. Os artigos selecionados para análise foram então copiados das bibliotecas virtuais e organizados conforme a ordem de seleção. Depois disso, cada um dos artigos foi lido integralmente e os dados foram analisados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pesquisas apontam que o movimento antivacina vem crescendo e sendo observado com preocupação nos países da América do Norte e na Europa desde os anos 2000, mas no Brasil, apenas a partir de 2015 o sistema de saúde percebeu a crescente ameaça à saúde nacional e desde então busca contornar as consequências desse atraso (GUIMARÃES, 2021).

Sato (2018) indica que desde o início dos anos 90 o índice de imunização em crianças e adolescentes era superior a 95%, o que indicava uma boa cobertura vacinal no país e excelente adesão da população ao Programa Nacional de Imunização. No entanto,

desde 2016 esse índice vem caindo 15 a 20% de forma recorrente, atingindo, em 2017, apenas 84% do objetivo esperado (SATO, 2018). Como consequência direta disso, houve aumento na mortalidade infantil e materna, assim como uma epidemia de Sarampo nos estados de Roraima e Amazonas.

Uma hipótese levantada sobre a queda na taxa de imunização de doenças erradicadas seria o esquecimento da população quanto à gravidade destas enfermidades associado percepção enganosa de que não é necessário se imunizar após a erradicação do vírus, uma vez que há anos a sociedade não se deparava com tal realidade.

Ramírez-Sanches (2020) indica que em 2022 a mídia teve grande importância na propagação de notícias tendenciosas, com manchetes chamativas, que causam pânico e, na maior parte das vezes, desinformação. O maior motivo que os pais apontam para não vacinarem os filhos contra Sarampo é devido a falsa associação entre o imunizante e a causa do autismo em crianças (RAMIRÉZ-SANCHEZ, 2020). Ainda que o meio científico tenha se retratado acerca dessa hipótese errônea, alguns meios de comunicação ainda trazem essa associação de maneira indiscriminada, causando temor na população.

Cumprе ressaltar que a Organização Mundial de Saúde preconiza uma cobertura de pelo menos noventa e cinco por cento da população infantil seja vacinada anualmente, para que se possa atingir a imunidade coletiva e proteger a população contra as doenças infecciosas (DA SILVA JÚNIOR; ANDRADE; SILVA, 2021). Em um cenário em que o país atinge imunidade coletiva de certa moléstia, ficam seguros os que se vacinaram e os que ainda irão se vacinar uma vez que o vírus sai de circulação, tendo como consequência uma população livre de pânico e saudável.

Como resultado da queda da taxa de vacinação da população, quase 1 milhão de crianças que nasceram ou completaram 1 ano em 2017 ficaram sem receber a primeira dose do imunizante disponível de forma gratuita no Sistema Único de Saúde através do PNI (ZORZETTO, 2018).

A pandemia de Covid-19 decretada em 2020 trouxe uma onda de pânico e instalação de uma crise sanitária no Brasil. Em um cenário em que mais de 6 milhões de pessoas morreram mundialmente e centenas apresentaram algum prejuízo clínico a longo prazo, em 2022, apenas 49,07% dos cidadãos completaram o esquema vacinal proposto pelo Ministério da Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022). Assim, o movimento antivacina ganhou forças no país e o número de novos casos da doença voltou a se aproximar de mais de dez mil diagnósticos diários.

Dentre as razões descritas para a queda do índice ou recusa em fazer parte do programa de imunização, a influência através da internet é considerada um dos pontos de maior poder sob a formação de opiniões da população (GESSER-EDELSBURG et al, 2018). Nesse sentido, com o advento da grande mídia, houve uma mudança entre o diálogo da sociedade com as organizações governamentais. O que antes era um monólogo por parte das autoridades, se tornou hoje um diálogo, onde qualquer indivíduo com acesso à tecnologia pode ser um criador de conteúdo e influenciador de opiniões.

Andrade (2020) aponta que quanto mais uma pessoa é exposta a certo tipo de informação, maior a chance de ela compartilhar as mensagens que recebe. Nesse cenário, o pronunciamento de certas celebridades, vistas com grande estima pela população, contra o uso de imunizantes contribui para o aumento do movimento antivacina em meio à uma sociedade ávida por conhecimento, não importando sua fonte (ANDRADE, 2020).

Além disso, pesquisas indicam que com a rapidez que a internet pode providenciar uma resposta, os indivíduos preferem pesquisar por informações e opiniões disponíveis na rede a buscarem o ponto de vista de um profissional qualificado. Por fim, países que apresentam queda significativa das taxas de vacinação foram associados a movimentos

antivacina online fortemente ordenados (FRUGOLI et al, 2021). Como resultado, os pacientes se deparam a toneladas de informações com uma base precária para realizar uma interpretação adequada.

4 CONCLUSÃO

É certo que a o índice de imunização no país e no mundo vem caindo ao longo dos anos, demonstrando uma propensão da população ao descrédito de pesquisas e estudos científicos. A vacina é um dos maiores marcos já atingidos pela humanidade e é uma das responsáveis pela erradicação de inúmeras doenças letais, bem como do auxílio no aumento da expectativa de vida da população mundial.

O aumento dos surtos de Sarampo e a atual pandemia de COVID-19 continuam a demonstrar como a desinformação é perigosa para a saúde pública e estabilidade do Estado. Melhorias não só nas regulamentações cibernéticas, mas também nas campanhas informativas são cruciais para a sustentabilidade do Programa Nacional de Imunização e da estrutura mundial construída em fundamentos firmes acerca da segurança das vacinas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gabriel. Medical conspiracy theories: cognitive science and implications for ethics. **Medicine, Health Care and Philosophy**, v. 23, n. 3, p. 505-518, 2020.

ANDREANO, Emanuele et al. Vaccine evolution and its application to fight modern threats. **Frontiers in immunology**, v. 10, p. 1722, 2019.

DA SILVA JÚNIOR, José Ricardo; ANDRADE, Joyce Caroline Ferreira; SILVA, Rêneis Paulo Lima. Identificação Das Causas Da Não Vacinação Em Menores De Dois Anos No Brasil. **Revista Eletrônica da Estácio Recife**, v. 7, n. 01, 2021.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos et al. 46 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020.

FRUGOLI, Alice Gomes et al. Fake news sobre vacinas: uma análise sob o modelo dos 3Cs da Organização Mundial da Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, 2021.

GALVÃO, Taís Freire. Resposta da ciência para a pandemia de covid-19: compromisso com a vida. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, p. e2020377, 2021.

GESSER-EDELSBURG, Anat et al. Correcting misinformation by health organizations during measles outbreaks: a controlled experiment. **Plos One**, v. 13, n. 12, p. e0209505, 2018.

GUIMARÃES, Reinaldo. Vacinas: da saúde pública ao big business. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 1847-1852, 2021.

JUNIOR, João Baptista Risi (Ed.). Poliomielite no Brasil: do reconhecimento da doença ao fim da transmissão. SciELO-**Editora FIOCRUZ**, 2019.

KEMPE, Allison et al. Parental hesitancy about routine childhood and influenza vaccinations: a national survey. **Pediatrics**, v. 146, n. 1, 2020.

MACIEL, Ethel et al. A campanha de vacinação contra o SARS-CoV-2 no Brasil e a invisibilidade das evidências científicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 951-956, 2022.

MAKARENKO, Cristina et al. Ressurgimento do sarampo no Brasil: análise da epidemia de 2019 no estado de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Calendário Nacional de Vacinação. Disponível em < <https://www.gov.br/saude/>>, acesso em 10 de Novembro de 2022 às 18h.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Painel Coronavírus. Disponível em <<https://covid.saude.gov.br/>>, acesso em 10 de Novembro de 2022, às 19h

OLIVEIRA, Isadora Sousa de et al. Anti-vaccination movements in the world and in Brazil. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 55, 2022

RAMÍREZ-SÁNCHEZ, Sylvia Claudine. El antiguo enemigo resurge: el sarampión está de vuelta. **Revisat De Enfermeria del Instuto Mexicano**. v. 28, n. 2, p. 71-71, 2020.

SATO, Ana Paula Sayuri. What is the importance of vaccine hesitancy in the drop of vaccination coverage in Brazil?. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, 2018.

VALENZUELA, María Teresa. Importancia de las vacunas en salud pública: hitos y nuevos desafíos. **Revista Médica Clínica Las Condes**, v. 31, n. 3, p. 233-239, 2020

VALENTINUZZI, Max E. Vaccines and Homeopathy. **IEEE pulse**, v. 11, n. 4, p. 44-48, 2020.

QUEZADA, Arnoldo. Los orígenes de la vacuna. **Revista Médica Clínica Las Condes**, v. 31, n. 3, p. 367-373, 2020.

ZORZETTO, Ricardo. As razões da queda na vacinação. **Pesquisa FAPESP**, v. 270, 2018. Disponível em <<https://revistapesquisa.fapesp.br/as-razoes-da-queda-na-vacinacao/>> . Acesso em 16/11/2022, às 18h